

CONFLITO E RESISTÊNCIA
NA FILOSOFIA POLÍTICA DE ESPINOSA



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade
TERESA DIB ZAMBON ATVARIS



Conselho Editorial

Presidente
MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO
MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI
MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.
RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

DANIEL SANTOS DA SILVA

*Conflito e resistência
na filosofia política de Espinosa*

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

Si38c Silva, Daniel Santos da
Conflito e resistência na filosofia política de Espinosa / Daniel Santos da Silva.
Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

1. Spinoza, Benedictus, 1632-1677. 2. Conflito (Psicologia). 3. Democracia. 4. Resistência.
5. Modernidade. I. Título.

CDD – 154.24
– 321.8
– 150.195
– 303.4

ISBN 978-65-86253-42-9

Copyright © Daniel Santos da Silva
Copyright © 2020 by Editora da Unicamp

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas
neste material são de responsabilidade dos autores
e não necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

*Para Helena, Jana e Luizinho. Também para Marlene e José Luiz
– este, que já cumpriu seu tempo entre nós.*

*E que possa, talvez, ser uma pequenina homenagem
espinosana a Matheron e Cristofolini.*

AGRADECIMENTOS

Acreditei que seria mais fácil redigir este agradecimento. Porém, tão extensa quanto a pesquisa, é a convivência criativa com inúmeras pessoas que me ajudaram direta ou indiretamente com este trabalho. Então decidi não me prender a muitos nomes particulares, acabaria esquecendo algum cuja ausência me faria “lamentar” depois; mas algumas pessoas faço questão de nomear, e todo mundo entenderá o porquê destas poucas exceções.

Como não agradecer primeiramente à Marilena Chaui? Assim o faço, pois ela me acompanhou em quase 11 anos de pesquisa, e a liberdade de criação que ela me permitiu chega, após um longo processo, até aqui. E toda a aventura foi percorrida com muita alegria. Obrigado, Marilena.

Agradeço muito ao Homero, também acompanhante em quase 11 anos de Universidade de São Paulo, que leu atentamente o original, apontou problemas que me passariam despercebidos, e, sempre, mostrou-se leitor atento e aberto aos riscos que corre quem escreve – agradeço igualmente a aceitação em escrever o prefácio da obra, está lindo.

Agradeço imensamente ao Luis César, por uma amizade que me ajudou nos momentos tensos – lembro de meu desespero tentando iniciar a tese de doutorado, anos atrás, em Paris, e conseguindo apenas após conversar com ele – e acompanhou as risadas nos momentos mais leves. Além disso, um leitor e interlocutor maravilhoso.

Agradeço ao italiano mais brasileiro de todos os tempos, o querido Vittorio Morfino, que além de tudo me recebeu em Milão no pós-doutorado (com apoio da Fapesp) e fez minha estada lá ser ainda mais fantástica. De uma generosidade que alegra muita gente conforme cruza os oceanos.

Em Fortaleza, deixo vários agradecimentos, especialmente às companheiras e aos companheiros da Universidade Estadual do Ceará, em que me formei e

fiz meu mestrado – a saudade só não é tão dolorida porque muitas dessas pessoas estão ainda próximas, mesmo quando distantes geograficamente. Mas não apenas, pois aquela cidade continua sendo um mundo para mim, além da academia, então carrego muita gente comigo e agradeço por isso.

De volta à USP, também são muitos os agradecimentos – especialmente às meninas da secretaria, ao pessoal da biblioteca e da copa, triangulação cotidiana durante anos. Mas aqui também ultrapasso as fronteiras da universidade e agradeço a muitas pessoas essenciais que me instigaram nas coisas mais variadas e necessárias que nutriram a pesquisa.

Agradeço ao pessoal do Rio, cidade que me adotou, que me faz ter ainda mais histórias e que já entrou para a história do espinosismo mundial.

Agradeço ao pessoal da Argentina, especialmente Córdoba, que virou nosso lar, a saudade chega a doer às vezes – mas logo nos reunimos lá novamente. Claro, esse agradecimento espera tocar *hermanas e hermanos* de toda a América Latina que faz tempo têm habitado terras espinosanas conosco.

Enfim, há um tempo minha casa tem sido o Paraná, e aqui também se fizeram parcerias que me ajudam – neste exato instante, a apreensão no mundo e, de maneira alarmante, no Brasil, apenas aumenta; quem sabe quando estas páginas se materializarem já possamos dar um abraço e assim poderei agradecer pessoalmente.

SUMÁRIO

Prefácio – Entre clássicos, de olho no presente	11
Introdução	21
Capítulo 1	39
1. NATUREZA E POLÍTICA, UM VÍNCULO FUNDAMENTAL	39
2. OS SENTIDOS DA LEI	43
3. SOBREVIVO: ASPECTOS CRÍTICOS DA TEORIA HOBBESIANA DAS LEIS	48
4. A LEI DIVINA NO <i>TTP</i> : O QUE ELA ENSINA OU EXIGE (ÉTICA E POLÍTICA)	51
5. A TRAMA DAS LEIS CIVIS: <i>SECURITAS</i>	62
6. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	72
Capítulo 2	89
1. DIREITO NATURAL E DIREITO DE RESISTÊNCIA	89
2. DIREITO, UNIÃO, RESISTÊNCIA	96
3. MULTIDÃO E DIREITO NATURAL	108
4. DA SOLIDÃO	114
5. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	123
Capítulo 3	139
1. UMA RELAÇÃO ENTRE CONTRATO SOCIAL E RESISTÊNCIA	139
2. UMA RELAÇÃO ENTRE CONCURSO E RESISTÊNCIA	146
3. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	153
Capítulo 4	159
1. IMANÊNCIA, EXPERIÊNCIA E VIDA	159

2. DAS EXPERIÊNCIAS DOS CONFLITOS	164
3. A EXPERIÊNCIA DA SEMELHANÇA E OS VALORES	170
4. CONFLITO, RESISTÊNCIA E AS ILUSÕES DO EU	175
5. OUTROS ASPECTOS DA SEMELHANÇA E DA DIFERENÇA	183
6. O PODER E AS IMAGENS DO PODER: AS ILUSÕES DA SINGULARIDADE	188
7. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	195
Capítulo 5	209
1. IMAGINAÇÃO E PODER: ALGUNS TRÂMITES MAQUIAVELIANOS	209
2. REPÚBLICA E A VIRTUDE DOS CONFLITOS	218
3. MEMÓRIA E MARCAS DA LIBERDADE	224
4. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	230
Capítulo 6	241
1. RESISTÊNCIA POLÍTICA E LIBERDADE	241
2. O (DES)GOVERNO DA PLEBE	249
3. UNIÃO, DIVISÃO E RESISTÊNCIA	258
4. DIREITO DE RESISTÊNCIA, CONFLITO E CONFRONTO	263
5. LIBERDADE E PRODUÇÃO DE DIREITOS	270
6. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	279
Algumas conclusões	289
Bibliografia	297
OBRAS DE ESPINOSA	297
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	297

PREFÁCIO

ENTRE CLÁSSICOS, DE OLHO NO PRESENTE

É sempre tentador abrir um prefácio elogiando a “atualidade” do livro que o leitor tem em mãos, como se a obra viesse oferecer a última novidade sobre um assunto da moda. Não é o caso aqui, em virtude do próprio campo de saber em que se inscreve o estudo de Daniel Santos da Silva. Em filosofia, esse pendor novidadeiro tão acalentado noutras paragens soa deslocado e fora de propósito, já que nessa disciplina o cultivo do passado e a conversa paciente com os clássicos é uma regra de ouro cujo descaso frequentemente é signo das fraquezas teóricas de um empreendimento.

Ainda assim, ao ler este livro, é inevitável constatar a proeza de um estudo que, não apesar, mas justamente porque debruçado com paciência e rigor sobre alguns filósofos clássicos bem selecionados, produz um discurso capaz de tangenciar questões candentes de nosso tempo. É dessa instigante montagem teórica e de algumas ressonâncias práticas (ou “concretas”, para usar um termo do autor) que gostaria de partir.



É hábito enxergar no inglês Thomas Hobbes – um dos grandes autores aqui mobilizados – apenas um teórico do absolutismo; não por acaso “leviatã” (termo que intitula sua obra mais célebre) virou sinônimo de Estado, se não totalitário, pelo menos ambicioso de poderes desmedidos. A imagem não é inteiramente justa, pois bem ou mal muitas das questões que motivaram as soluções de Hobbes remetem a problemas reais que ainda persistem, obrigando-nos a revisitar incessantemente o manancial hobbesiano, seja para

seguir seu curso, seja para ir em sua contracorrente. Tome-se por exemplo maior a conhecida tese – extensivamente analisada neste livro – da guerra de todos contra todos e o império puro e simples da lei do mais forte que, ao ver de Hobbes, caracteriza o estado de natureza e conduz os seres humanos, amedrontados pelo risco sempre presente de mútuo massacre, a transferir sua potência de ação e decisão a um poder soberano que se pactua desempenhará o papel de garante do cumprimento da lei – e, portanto, fiador da paz social e da segurança individual, a *securitas* que faz as vezes de objetivo último da vida civil e exige, literalmente, a supressão de todos os conflitos internos ao social.

Pode-se descobrir uma formidável ilustração da longevidade desse legado em nossa história recente, nas reflexões daquele que foi um dos arquitetos da Doutrina de Segurança Nacional que vigorou com força (e pela força) durante a ditadura militar brasileira: o general Golbery do Couto e Silva, que, em vários aspectos, era um discípulo de Hobbes e meditou uma solução nova às mesmas dificuldades que atribularam o mestre, especialmente no livro *Geopolítica do Brasil*, de 1967. Para ele, é imperativo responder ao “grande medo” gerado pela insegurança, o mesmo que motivara as reflexões de Hobbes; “o medo cósmico que viu, na Terra, o nascimento da Humanidade e de sua verdadeira angústia existencial, o medo paralisante e tenaz que brota, incoercível, da insegurança eterna do Homem”. Como extirpar esse afeto, ou seja, como garantir a segurança? Só o Estado é capaz de fazê-lo, argumenta Golbery, desde que dotado de uma doutrina ampla e totalizante, que considere todos os aspectos da vida social e evite a todo custo os conflitos internos que possam dar brecha ao risco de desagregação e à consequente recaída na guerra de todos contra todos. Nesse sentido, o que chamamos de liberdade é, em verdade, uma condição bastante débil, porque oscilante e sempre às turras com seus inimigos; por isso ela carece de ser incessantemente vigiada e assegurada, para sua própria preservação. A liberdade exige uma eterna vigilância; e por isso conclui Golbery, numa tentativa de dar conta do problema que era o de Hobbes: “estejamos certos de que defender a Liberdade é também, graças aos céus, alicerçar em sólidas bases a Segurança Nacional”.¹

Quis propor essa ilustração para que o leitor imediatamente se dê conta de um aspecto paradoxal da questão que deriva da filosofia hobbesiana e que o texto de Golbery apenas deixa mais nítido: uma peça jurídica como o AI-5 (editado um ano após *Geopolítica do Brasil*) poderia até ser lida como

instrumento de defesa de uma liberdade sólida, no único sentido efetivo que a palavra – no interior desse quadro conceitual – pode assumir, isto é, segurança.

Como se percebe, embora o problema hobbesiano seja real, sua consideração pode levar a soluções que certamente não são das mais apreciáveis, ao menos não para um espírito como o do filósofo holandês Bento de Espinosa, contemporâneo de Hobbes e protagonista deste estudo.

De fato, não é difícil conceber que a paz estabelecida pelo leviatã hobbesiano, uma vez que todos concordem em transferir sua potência de ação e decisão ao soberano em troca da garantia da segurança e em que, a partir de então, os conflitos sejam arbitrados exclusivamente por esse soberano, torna-se bem duvidosa. Saímos da guerra e da solidão, do medo generalizado, porém nos unimos e instituímos uma paz que se aparenta ao regime ordeiro dos cemitérios – e para nem pensar em coisa pior, pois às vezes o silêncio é quebrado pelo canto do terror, como em Golbery, para o qual não existem adversários nem oponentes, apenas inimigos e subversivos contra os quais tudo é permitido. Essa paz se conquista ao preço da passividade e do silêncio dos cidadãos, se é que o termo “cidadãos” ainda guarda algum sentido.² Uma paz, como sugere Espinosa – tão anti-hobbesiano quanto leitor atento do inglês –, que não difere da mera suspensão da guerra e da tutela dos cidadãos ou súditos. “Da cidade cujos súditos, transidos de medo, não pegam em armas, deve antes dizer-se que está sem guerra do que dizer-se que tem paz. [...] Além disso, aquela cidade cuja paz depende da inércia dos súditos, os quais são conduzidos como ovelhas, para que aprendam só a servir, mais corretamente se pode dizer uma solidão do que uma cidade.”³



De um ponto de vista lógico, parece que daí parte a leitura da ciência política espinosana aqui empreendida. Mas, para vislumbrar o seu alcance, é necessário convocar o terceiro clássico convocado para esta meditação: o florentino Nicolau Maquiavel. Também ele dedica-se ao problema do vigor da república e da defesa da liberdade; no entanto, ao contrário de praticamente toda a tradição, apreciou a ação do povo ou da plebe, inclusive quando se punha (ou talvez sobretudo quando o fazia) contra os assim nomeados “cidadãos de bem” da cidade (Maquiavel fala em “grandes”, mas é irresistível

o *aggiornamento*). Eis algo de suma importância que Maquiavel leva em conta ao perguntar quem pode melhor manter a liberdade: os grandes ou o povo? Ora, os primeiros sempre querem dominar, já a plebe, a multidão, tudo que quer é não ser dominada. De quando em quando, contra a vontade de domínio, o desejo de liberdade exprime-se em tumultos, os quais o filósofo, à diferença do senso comum, estima serem responsáveis, às vezes, pelo vigor mesmo da república. Numa análise célebre, ele insiste que a força de Roma advinha de uma dinâmica de conflitos entre a plebe e o Senado, que produziu instituições que guardavam a liberdade; ou seja, dos “tumultos nasciam bons efeitos”, e o exemplo dado é a instalação do tribunato da plebe, uma forma de reconhecer e institucionalizar o conflito de maneira que este, em vez de conduzir à dissolução, pelo contrário fortalece a república.⁴

Ora, Espinosa não esconde sua simpatia por aquele que ele designa o “agudíssimo florentino”. Particularmente, no que concerne ao caso que temos em vista, ele colhe em Maquiavel a desmontagem da tradição que menosprezava a multidão ou plebe como mero fator de perturbação, e por consequência agente de insegurança, da república. “Multidão” – noção bastante presente neste livro – é o nome de uma pluralidade capaz de agir em comum, constituindo a base e o sujeito do que concebemos como ação coletiva, e um sujeito que jamais se submete a um contrato, o que implicaria abrir mão de sua potência; por isso mesmo, na medida em que se recusa a tornar-se povo tutelado (os cidadãos de um liberalismo sem cidadãos, por exemplo), constitui o fundamento da democracia, a qual Espinosa qualifica o mais natural dos regimes.

Todavia, feito o devido aceno a Maquiavel, convém retornar à ponderação hobbesiana: como evitar que os conflitos – os quais exprimem divisões sociais reais que, embora às vezes até possam produzir bons efeitos, também são passíveis de descambar para lutas intestinas – atinjam o extremo da guerra civil e da ruína da república? A questão é real, e o Espinosa que é bom leitor de Hobbes tanto quanto de Maquiavel o sabe e tem por desafio investigar uma via que equilibre duas exigências. Por um lado, recusa do desejo, propriamente tirânico, do silenciamento violento dos conflitos inerentes à vida social e da redução das ações de resistência ao poder à categoria de subversão que necessariamente ameaça a paz e o vigor da cidade; por outro lado, elaboração de um conceito de segurança (algo imprescindível) que remeta, em vez de à

paz sepulcral conquistada pelo gládio e mantida pela vigilância cerrada, à garantia do horizonte de uma vida feliz (tema crucial da ética espinosana), as condições de efetivação de uma existência que, em conformidade com nossa natureza individual, desabroche na cooperação e na concórdia permitidas pela vida em comum. As possibilidades de constituição dessa paz, o que implica sobretudo a construção da democracia como forma social e do comum, é o objeto deste estudo espinosista de Daniel Santos da Silva, sempre na esteira de algumas das intuições geniais do florentino e buscando alargar a noção hobbesiana de *securitas* – o que de resto justifica a engenhosa seleção dessa tríade de clássicos.



Não custa acenar aqui a algumas grandes linhas dessa investigação.

Em algum lugar, Espinosa afirma que a natureza faz indivíduos, mas não cidadãos.⁵ Dado isso, imediatamente levanta-se o problema de saber como se produz uma vida interindividual, uma espécie de indivíduo de segunda ordem que se tornou cidadão e vive interindividualmente. O problema é o da gênese do social e das possibilidades desse processo, e sobretudo de um social que possa garantir a segurança sem medo e ao mesmo tempo o florescimento de nossa natureza, envolvendo assim uma promessa de felicidade e liberdade. A pergunta central, então, não é tanto o indivíduo, isso a natureza já dá, mas a realidade do coletivo, da ação coletiva, da potência comum. É aqui que sobressai a centralidade de uma das noções mais importantes da *Ética* de Espinosa: a de coisa singular. “Por coisas singulares”, explica o filósofo, “entendo coisas que são finitas e têm existência determinada. Se vários indivíduos concorrem para uma única ação de maneira que todos sejam simultaneamente causa de um único efeito, nesta medida considero-os todos como uma única coisa singular”.⁶

É uma definição fundamental para este estudo, na medida em que dá meios de pensar, justamente, esse ponto que, não sendo nem de ruptura nem de passagem, é de constituição do estatuto do indivíduo como ente interindividual, pois que se encontra desde o início em relação com outros indivíduos; indivíduo composto de outros indivíduos, sempre em face da alteridade e capaz de com outros agir em comum, concorrer, não no sentido amesquinhado de

competir, mas no de trabalhar junto – um *concurso* de potências individuais e operações, para usar um termo do livro de Daniel, “*concurativas*”. O singular, no caso, caracteriza-se menos como entidade encerrada em si do que por essa concorrência ou esse concurso com outras coisas, as que compõem o indivíduo e as que com ele se relacionam desde o exterior, podendo produzir um mesmo efeito. A singularidade não é propriamente uma coisa; é antes uma situação, certa configuração assumida por um indivíduo e que talvez justifique denominá-lo (quando pensamos essa configuração no âmbito político) de “cidadão”. O ser cidadão é inserir-se nessa atividade *concurativa* e em tudo que ela proporciona: cooperação, concórdia, comunhão, conveniência; as quais, todavia, não sendo necessariamente forjadas pela violência, não dependem, para funcionar, da supressão integral dos conflitos – assim como as relações que estabelecemos não exigem, para que produzam efeitos, a inexistência de embates; muitas vezes as brigas, as discussões, numa relação humana, são exatamente a condição da produção dos melhores efeitos. É possível até, com base neste estudo, indagar se o social e a política não são, no fundo, concurso, e uma cidade (*civitas* no sentido amplo do latim), uma singularidade complexa, um concurso extremamente complexificado.

Se for assim, diremos que, embora a natureza não produza cidadãos, é naturalmente que os indivíduos se fazem cidadãos. Por quê? Para afastar o medo, como queria Hobbes; mas também para evitar a solidão, a forma mais ingrata de vida para um ser humano; para produzir o alento da existência trazido pela cooperação e pela vida comum com outros seres humanos; em suma, a vida feliz, que como dito constitui uma orientação ética fundamental do espinosismo e cuja realização talvez só possa mesmo ser concebida na vida civil. O liame entre ética e política é uma constante, tanto na obra espinosana quanto, por consequência, no estudo de Daniel. Uma aliança que deve ser investigada e aprofundada com vistas ao alargamento da vida em comum, a seu fortalecimento, por meio da produção do que é comum (leis, instituições, formas de trabalho etc.), daquilo tudo que – não importa o que tenha pensado Hobbes nem, pior, seus discípulos fardados – deve constituir o campo da nossa liberdade: é a potência dos cidadãos, não sua impotência, que faz a força da república. Núcleo teórico deste livro que pode ser perfeitamente resumido nas seguintes linhas:

o problema ético da produção do comum, nas vias em que os conflitos podem travar ou constituir comunidades. Em toda sua complexidade, a união política pressupõe essa formação, mas os processos são inseparáveis, e o liame entre a abordagem ética da vida humana e a abordagem política está na também complexa experiência dos conflitos interindividuais e coletivos. Não é de modo imediato, nem “originário”, mas essa experiência é constitutiva de união – em vereda bem distante da hobbesiana, os meios políticos não passam pela expulsão dos conflitos e pela submissão das vontades.⁷



Por uma série de circunstâncias, acompanhei boa parte do trajeto de produção deste estudo. Não direi que desde os seus primórdios, já que é sempre meio tosco tentar identificar com exatidão o despertar de um trabalho intelectual, mas pelo menos desde que as inquietações foram ganhando expressão e produzindo efeitos, escritos e também orais, pois convém não esquecer as por vezes longas conversas em que todo um horizonte teórico se consolidava. Por isso, nem preciso insistir sobre quão prazeroso foi-me o convite para escrever estas páginas de apresentação logo na sequência da leitura de um trabalho cujos méritos, que não são poucos, o leitor descobrirá por si ao ler o volume que tem em mãos, sem a necessidade de nenhum prefácio que o guiar. Para terminar, queria então somente dizer algo daquilo que o leitor não recebe junto com o livro, mas sem dúvida pode ajudá-lo na avaliação geral da obra.

Enquanto lia esta meditação, ou talvez deva dizer conversa com os clássicos, fui percebendo como ela se dava como uma prática política de frequência do passado com vistas ao presente, um olho lá e outro aqui; e não resisti intimamente a representar-me o autor, se me for permitida a indiscrição, à Maquiavel preparando-se em gala para interrogar os “grandes homens do passado” e deles ouvir respostas.⁸ Isso confirmou-se da melhor maneira possível por uma circunstância curiosa: enquanto lia o estudo, ocorreu-me a boa fortuna de topar com uma seleta de ensaios que o autor publicou recentemente, em maio de 2020, tão extraordinária e que carrega um belíssimo título: *Sem lamentações* – o qual, por si só, já é um programa filosófico de que este livro pode ser entendido como o arcabouço teórico.⁹ Quase por impulso li os dois livros e, num exercício interessante, aos poucos alimentei um com o que colhia

no outro. Ao fim e ao cabo, mais que antes, fiquei inteiramente convencido de que, nas duas obras, o passado, que como dito ao início é absolutamente necessário à meditação filosófica, ganha um sabor especial quando lido de maneira especial, revelando-se capaz de nos auxiliar no desbravamento de nosso próprio entorno.

Mesmo sem me estender sobre isso misturando as bolas, ou melhor, os livros, nem que seja só para explicitar a coerência de um pensamento, vale observar que depressa me saltou aos olhos a presença nos textos de *Sem lamentações* da questão da singularidade e do comum, o mesmo liame entre ética e política tão bem investigado neste livro. Tendo em mente o que vimos há pouco, leia-se esta interrogação: “O que me dá a singularidade, então, senão o fato de ser uma atividade específica, que processa o seu entorno – e se processa é porque são da mesma matéria – de um ponto específico que é só seu, comunicável porque é comum mas nunca o mesmo de outro?”.¹⁰

Como mais claramente os fios de uma *mesma questão* poderiam se estender? Nos vários ensaios, apresenta-se o mesmo esforço em discernir uma individualidade desde sempre em relação com outras individualidades porque constituídas de um único estofo, e que por isso pode situar-se, desde o início, num horizonte em que a construção do comum é um empreendimento que não possui nenhuma garantia nem conhece facilidades, mas tampouco se afigura impossível. Tema maior dos dois livros, arriscaria sugerir: produzir laços entre o comum e o diverso; aventurar-se entre as forças, não poucas vezes conflitivas, sobre as quais é possível intensificar a vida coletiva; encetar a cada vez a possibilidade de um concurso (no sentido do termo há pouco precisado) em que o problema ético assuma de imediato uma tonalidade política, segundo um arriscado mas imprescindível ir e vir entre si mesmo e os outros.

Não insisto nisso, entenda-se bem, à guisa de propaganda descabida e desnecessária de uma obra que não a prefaciada. Pretendo apenas chamar a atenção do leitor para aquilo que a pesquisa apresentada neste livro, por óbvio, não dá conta de informar, ou seja, a sua amplitude e como ela se enraíza na experiência pensante de um jovem autor que enfrenta o presente dotado daquilo que ele nomeia “serenidade conflitiva”, tateando, empenhando-se aqui, lutando ali, resistindo acolá e, finalmente, dando forma a uma esperança. Não aquela boba que se compraz em sonhar com um outro mundo, a idade de ouro (esteja situado no pretérito ou no futuro) que Espinosa desde o início do *Tratado*

político taxativamente afirma não interessar à teoria política. A esperança ativada é aquela sem a qual não se faz nada de bom, nem mesmo livros de filosofia: esperança de vida feliz *neste* mundo; esforço de viver, experimentar e pensar *este* nosso mundo.

Eis o que nos deixa a leitura deste livro de filosofia em que passado e presente se conciliam tão bem, mesmo que sua publicação se dê em meio a flagelos sanitários e políticos sobejamente conhecidos. E, por isso mesmo, talvez não haja melhor forma de concluir que, pela lembrança de uma afirmação de Marx ao amigo Arnold Rudge, “a situação desesperada da época em que vivo me enche de esperança”.¹¹ O leitor que souber discernir a esperança que Daniel Santos da Silva constrói (uma esperança que não seja vã necessitada ser construída) e generosamente nos oferece, saberá na sequência apreciá-la, sentir a sua “serenidade conflitiva” e porventura – com a ajuda da boa fortuna, já que ninguém é um monólito de *virtù* – dela fazer bom uso.

Homero Santiago

São Paulo, mês IV da pandemia

NOTAS

- ¹ Sobre Golbery do Couto e Silva discípulo de Hobbes, ver o estudo Oliveiros S. Ferreira, “A *Geopolítica do Brasil* revisitada”, em *Forças Armadas para quê?*, Rio de Janeiro, Edições GRD, 1988, edição eletrônica (daí extraímos as citações aqui feitas).
- ² Golbery, diz o estudo citado, pretende-se um liberal que, para defender a liberdade, faz que “seu liberalismo seja hobbesiano, sem cidadãos”, e inteiramente alicerçado na questão da segurança.
- ³ Espinosa, *Tratado político*, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2009, V, § 4.
- ⁴ Cf. Maquiavel, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, São Paulo, Martins Fontes, 2007, I, 4.
- ⁵ *Tratado político*, V, § 2: “os homens não nascem civis, fazem-se”.
- ⁶ Espinosa, *Ética*, II, def. 7, São Paulo, Edusp, 2015.
- ⁷ À frente, capítulo 4.
- ⁸ É sempre saboroso reler o conhecido trecho do florentino: “Chegando a noite, de volta a casa, entro no meu escritório: e na porta dispo as minhas roupas cotidianas, sujas de barro e de lama, e visto as roupas de corte ou de cerimônia, e, vestido decentemente, penetro na antiga convivência dos grandes homens do passado; por eles acolhido com bondade, nutro-me daquele alimento que é o único que me é apropriado e para o qual nasci. Não me envergonho de falar com eles, e lhes pergunto da razão das suas ações, e eles humanamente me respondem; e não sinto durante quatro horas aborrecimento algum,

PREFÁCIO

esqueço todos os desgostos, não temo a pobreza, não me perturba a morte: transfundo-me neles por completo” (Carta de Maquiavel a Francesco Vettori, em *Maquiavel*, São Paulo, Nova Cultural, 1987, p. 113 [Coleção Os Pensadores]).

⁹ Daniel Santos da Silva, *Sem lamentações: Filosofia, anarquismo e outros ensaios*, Ponta Grossa, Monstro dos Mares, 2020.

¹⁰ *Sem lamentações*, pp. 11-12.

¹¹ Em *Sem lamentações*, serve de epígrafe a um bonito texto sobre Elis Regina.